

**RODRIGUES DE FREITAS (1840-1896).
PENSAR PORTUGAL NAS PÁGINAS DOS JORNAIS¹³⁹**

Dr. Jorge Fernandes Alves
CITCEM, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
jorge.f.alves@sapo.pt

Como na maioria dos países ibero-americanos, a implantação do liberalismo em Portugal foi um processo complexo e faseado no tempo, pelo que a etapa de criação de uma "esfera pública", na acepção de Jürgen Habermas, em que os membros da sociedade discutem o bem comum sob diversas perspectivas como um mero acto de cidadania, só se concretiza verdadeiramente no terceiro quartel do século XIX. Para a construção desse espaço pacífico de discussão contribuíram a resolução de sucessivos conflitos militares e políticos e a ultrapassagem do zigzaguar dos protagonistas do poder, sendo fundamental a acção crítica de alguns intelectuais.

É objectivo desta comunicação evidenciar alguns aspectos desse processo de criação da esfera pública em Portugal, no sentido habermasiano, incidindo particular atenção sobre o caso de Rodrigues de Freitas, jornalista, economista e o primeiro representante republicano no parlamento português, focando aqui essencialmente o seu papel de permuta de opiniões através da imprensa. Autor eclético, Rodrigues de Freitas traz-nos uma nova grelha de leitura da vida económica e política, numa altura em que o economista ainda não existia profissionalmente, desenvolvendo um discurso com a marca sistemática da economia política aplicada à realidade portuguesa e internacional, com a preocupação utilitarista de qualificar a opinião pública e, desse modo, contribuir para ultrapassar as insuficiências reveladas pelo Estado Liberal. A promoção da cidadania, a laicidade do Estado, a

¹³⁹ Texto presentado en el simposio 22: *El pensamiento liberal atlántico, 1770-1880. Fiscalidad, recursos, naturales, integración social y política exterior desde una perspectiva comparada*. Coordinadores: María Eugenia Claps Arenas y Pedro Pérez Herrero. XVI Congreso Internacional de AHILA, San Fernando, Cádiz, 6-9 de Septiembre de 2011.



preocupação social, a equidade fiscal. a promoção da instrução pública, a internacionalização da sociedade são, entre outros, aspectos largamente focados no seus escritos, convergindo, assim, para a construção do pensamento liberal atlântico, ainda que numa perspectiva crítica e alternativa, na medida em que evoluiu para a consideração de que um regime republicano poderia concretizar melhor a harmonia social que era um dos objectivos do liberalismo, se nos lembrarmos dos autores clássicos.

A instauração do liberalismo e a esfera pública em Portugal

Foi com a revolução iniciada no Porto, em 1820, que o liberalismo político teve uma primeira fase de implantação em Portugal, da qual resultaram a convocação das Cortes, agora numa acepção parlamentar, e a aprovação da Constituição de 1822, tributária da Constituição de Cadiz de 1812, a qual para o efeito foi então traduzida para português. Com a convocação destas Cortes, a opinião de uma elite ilustrada junto do poder dava lugar à opinião de uma outra elite escolhida através de um processo eleitoral, ainda que censitário e indirecto, garantindo formalmente expressão à soberania do povo.

Não iria longe essa constituição amplamente liberal e conquistada na sequência de uma revolução. Desde logo posta de lado pelo rei D. João VI, que, no retorno do Brasil, a jurou e logo esqueceu. A Constituição de 1822 seria, entretanto, substituída pela Carta Constitucional de 1826, outorgado pelo novo rei D. Pedro IV (ex-imperador do Brasil como Pedro I), documento bem mais restritivo da representação política, que estabeleceu duas câmaras, a dos Deputados, eleitos, e a dos Pares, escolhidos pelo Rei, a que acrescia uma representação quadripartida do poder, com a implementação do quarto poder, o moderador, reservado para o rei, seguindo o paradigma da "restauração" em França.

Os tempos iniciais revelam, pois, claras dificuldades de participação e de transparência em torno do poder, embora se verificassem discussões e conflitos, com as posições extremadas e, sobretudo, confrontos com os absolutistas que ainda dominavam o aparelho político e procuravam retomar o poder. Os materiais impressos eram já abundantes e circulavam ainda que exprimindo pontos de vista ainda fragmentários, mas digladiando-se ou referenciando-se entre si, apontando para uma discussão comum. E verificava-se já, de uma forma bem explícita, a preocupação clara com a necessidade de se articular o sentido da representação política com a opinião pública, essa dimensão essencial da esfera pública.



Almeida Garrett, então ainda jovem e que viria ser o maior escritor romântico português, numa publicação intitulada *Carta de Guia para eleitores em que se trata da opinião pública, das qualidades para deputado e do modo de as conhecer*, datada de 1826, procura questionar a noção de ser representante da nação. Considera "vergonhoso e vil" andar "furtivamente e às escondidas captando votos", quando seria mais nobre dizer abertamente. "Concidadãos eleger-me vosso deputado, por que eu sei, posso e prometo defender a vossa causa e os vossos interesses", com o único móbil da "utilidade comum", do "desinteressado amor da ordem pública e da causa pública". Mas como ele próprio ainda não se sentia capaz desse envolvimento na representação política, escrevia a carta a um suposto amigo, reconhecendo que a grande dificuldade da administração de um povo seria a "escolha das pessoas", dificuldade mesmo conhecida entre as nações mais habituadas ao governo representativo e, portanto, acrescidas para os portugueses, que considerava ainda "escravos apenas forros, libertos de poucos dias, nados e criados na ignorância das coisas públicas e que, no exercício das coisas públicas forçosamente temos de ir às apalpadelas como cegos que somos". E sustentava: "A grande autoridade que geralmente se consulta para a escolha de representantes [...] é a opinião pública". Procurando esclarecer a definição desse conceito, dizia que "a opinião nasce do espírito público" e este era definido como *a parte mais ou menos activa que toma a porção ilustrada da população no sistema geral do seu governo e nos actos particulares de sua administração*¹⁴⁰.

O pensamento de Almeida Garrett aqui expresso revela viver-se numa situação de transição, em que o poder político ainda vive da opinião ilustrada a caminho da soberania do povo, procurada cautelosamente, como as restrições eleitorais da legislação deixavam entrever, com exclusões diversas, colocando alto o nível financeiro mínimo para ser eleitor ou elegível.

Esta fase de ilusão liberal duraria pouco tempo. Os absolutistas voltariam ao poder, eliminando os mecanismos constitucionais e perseguindo os liberais. A questão só se resolveu com uma nova guerra civil (1832-1834). Foi só então que Portugal verdadeiramente introduziu reformas liberais na economia e na sociedade, antes anunciadas mas não concretizadas: com a guerra civil e na sua sequência, introduziram-se mecanismos de mobilidade na propriedade da terra, na circulação de produtos e de pessoas, eliminaram-se exclusivos e privilégios industriais e comerciais, adoptaram-se as regras do mercado, permitindo-se à dimensão económica da sociedade tornar-se bem mais independente do

¹⁴⁰ Garrett, João B. S. L. de Almeida. *Carta de Guia para eleitores em que se trata da opinião pública, das qualidades para deputado e do modo de as conhecer*, Lisboa, 1826.



regime político, ultrapassando-se o mercantilismo tardio que ainda perdurava. E perdido o Brasil, antiga colónia, desde as mudanças de 1808 (abertura dos portos do Brasil ao mundo), 1810 (tratados preferenciais com Inglaterra), 1815 (criação do Reino Unido de Portugal e Brasil) e, definitivamente, em 1822 (independência do Brasil), consumada a desarticulação da economia imperial, os políticos liberais tiveram de repensar Portugal, tiveram de equacionar novas âncoras para segurar a economia: a) seguir o fomento interno, pela agricultura e/ou pela indústria; b) replicar o modelo colonial, apontando-se as colónias de África para lá se construírem um novo "Brasil". Este novo projecto colonial tornou-se, durante muito tempo inviável, por falta de capital financeiro e humano, só se concretizando, de forma mínima, no século XX; sobrava sempre a primeira aposta, acreditando alguns que seria possível criar riqueza com os novos mecanismos de mercado introduzidos pelo liberalismo. Politicamente, os liberais fizeram essa promessa, podendo exemplificar-se com o relatório do ministro da Fazenda de D. Pedro IV, Mouzinho da Silveira, o qual disse que era "preciso encontrar uma nova maneira de existência", quando no governo da Regência (Porto, 1832) preparava a supressão dos dízimos: *Possuído dos factos, que determinaram um modo de estar fácil, mas precário, porque não fundado na imutável natureza das coisas, vi na separação do Brasil um acontecimento ainda mais fértil em consequências do que foi a descoberta*¹⁴¹.

Mas o segundo liberalismo, iniciado com a vitória de 1834, ainda seria vítima de divergências internas, com sucessivos golpes de bastidores e pronunciamentos militares: nem os grupos vencedores, nem o poder real se acomodavam ao desenho constitucional, não se verificava a estabilidade política necessária à produção e ao investimento. Só o golpe da Regeneração, em 1851, permitiu resolver as dissidências constitucionais, consensualizando posições através da aprovação de um Acto Adicional à Carta Constitucional de 1826, em 5 de Julho de 1852. O Acto Adicional transformou as eleições em directas e alargou a base eleitoral por diminuição do nível de rendimentos, obrigou a que tratados e convenções com países estrangeiros fossem aprovados em Cortes, as quais também votariam anualmente os impostos, além de alterações nas câmaras municipais. Alargou-se, assim, a intervenção do poder legislativo e diminuiu-se o arbítrio do poder executivo: concretizava-se o Estado de Direito, do primado da lei, sem a qual a intervenção do Estado é condenável, porque a decisão política se dirige a todos e não a alguém em particular, por isso se privilegia a implementação de corpos normativos (os códigos).

¹⁴¹ "Relatório precedendo o decreto nº 40" (da extinção dos dízimos), assinado no Porto, a 30 de Julho de 1832. *Colecção de Decretos e Regulamentos mandados publicar por Sua Majestade Imperial o Regente do Reino desde que assumiu a Regência até à sua entrada em Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, p. 182.



Acentua-se também a vinculação entre parlamento e público, em que a "publicidade" das actas parlamentares "assegura teoricamente a conexão entre deputados e eleitores"¹⁴², submetendo discussões e decisões ao escrutínio público e, portanto, também à pressão da opinião pública.

A estabilização política trouxe um modelo de rotatividade entre dois partidos que se alternavam mutuamente no poder, sem diferenças substanciais nas suas políticas, suscitando críticas e dissensões no exterior.

Foi também só no terceiro quartel do século XIX, com o movimento da Regeneração, que Portugal, já com enorme atraso, se aproximou dos modelos de modernização e de desenvolvimento, adoptando os equipamentos típicos da revolução industrial, adoptando uma política mais decidida nos melhoramentos materiais e seu enquadramento social, nomeadamente com a implementação do ensino técnico. Desta modernidade tecnológica que exprime o progresso, faz parte o jornal diário, o qual, para além do domínio da produção de conteúdos, se desenvolve sobre a nova oferta do seu suporte fundamental, o papel, desde que surgem as fábricas de papel apetrechadas para produção em contínuo de um tipo específico para jornal (papel de fraca qualidade e preço baixo, com bom nível de impregnação, pouca espessura, com oferta em quantidade) a que acrescem depois as tipografias com rotativa, criando-se, assim, as condições técnicas para o *boom* da imprensa na segunda metade do século XIX, permitindo que ela se transforme num meio de comunicação de massas e ultrapasse o seu domínio elitista: o jornal diário surge como um modelo descartável de informação que se deita fora para se passar ao exemplar do dia seguinte, numa espécie de folhetim da vida real. Mas a modernização em Portugal correu de uma forma tão lenta que só se pode falar de fracasso e um historiador recente como Vitorino Magalhães Godinho apontou as três grandes "impossibilidades" do século XIX português: uma industrialização falhada, uma sociedade burguesa irrealizada, uma cultura sem eficácia social¹⁴³.

Como se racionalizava politicamente este processo de modernização, como se pensava Portugal? Pelos meados do século, a produção de pensamento político, económico e social seguia o curso habitual já observado noutros países, através de instituições instrumentais: partidos políticos, imprensa, associações de proprietários (comerciais, industriais), além das escolas superiores, da Igreja e das maçonarias, contribuíam para formar crescentemente

¹⁴² Habermas, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro, 2003, p.101-104.

¹⁴³ Godinho, Vitorino Magalhães. *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, 1971, pp.141-163



correntes de opinião, em grau diverso, surgindo ao lado das correntes liberais, novas sensibilidades com destaque para os socialistas e os republicanos, emergindo naturalmente autores com obra individual, alguns com obra relevante em diversos domínios, sobretudo na política e na economia. Formulavam-se, pois, opiniões sobre as questões públicas, que se examinavam e se discutiam, num exercício informal de fiscalização externa do poder, analisando a sua racionalidadenuma lógica de bom senso¹⁴⁴.

Rodrigues de Freitas e seus contributos para um tempo de sobreposição de novas verdades

É neste quadro, sumariamente esboçado, que vemos surgir José Joaquim Rodrigues de Freitas Júnior (1840-1896), comungando do ambiente cultural e político da sua época, começando a publicar textos na imprensa aos 14 anos, em diversos jornais(*Pedro Quinto*, *O Eco Popular*). Entretanto engenheiro civil de pontes e estradas por formação de base, virou economista e jornalista de profissão, tornando-se um verdadeiro produtor de opinião, incontornável ao nível dos mais importantes espaços da sociabilidade do Porto oitocentista – a Academia Politécnica, de que foi aluno e professor, a Associação Industrial Portuense, a Associação Comercial do Porto, de que foi dirigente, o diário *O Comércio do Porto*, onde se tornou um devotado cronista desde 1862,e o movimento republicano, de que foi o primeiro representante no parlamento.

Culturalmente, Rodrigues de Freitas integra-se já numa nova geração, queevidencia o conhecimento das novas correntes científicas, o positivismo e o evolucionismo, aspectos que hão-de marcar as suas opções profissionais e político-ideológicas. Desde as suas primeiras intervenções públicas, nomeadamente no discurso de abertura da Academia Politécnica (1867), que se configurava como um homem de princípios morais, apontando aos seus alunos e leitores biografias de “modelos de bem viver, de ciência e de consciência”. Glosava a necessidade de articular ciência e virtude, como forma de responsabilização do homem, vendo na imprensa a grande arma para criar e esclarecer a opinião pública e, conseqüentemente, democratizar a sociedade.

¹⁴⁴ Habermas, p.116-117.



Estas posições, aliadas ao seu sentido de participação cívica, arrastaram-no para a política, num clima vivido desde o berço, pois o pai fora combatente liberal. Como político teve um papel decisivo na ligação do ideário do velho partido histórico ou setembrista (muito marcado pelos carismáticos irmãos Passos) ao movimento republicano evolucionista, apostando, como Passos Manuel, no cerco da monarquia por instituições democráticas que viessem a criar a natural evolução para a República. Esse papel tornou-se evidente com a sua eleição para a Câmara dos Deputados em 1870 como independente, pelos trinta anos de idade. Assume, então, posições de “princípios” de que não transige, rejeitando a habitual invocação de precedentes para aprovação de novas medidas menos claras ou a menorização da função parlamentar, por via do desequilibrado jogo de poderes da monarquia constitucional, apelando para as “boas práticas parlamentares”, como “quem deseja que todos poderes se respeitem”. Publica então uma brochura com *Os Trabalhos Parlamentares do Excm^o Snr. José Joaquim Rodrigues de Freitas Junior, deputado pelo círculo de Valença na Camara dissolvida em Junho de 1871*, edição de um grupo de amigos que agora o propõem como candidato a deputado pelo Porto-Bairro Oriental, mostrando como Rodrigues de Freitas foi "um deputado digno do círculo que o elegeu, um decidido campeão das prerrogativas do parlamento e um fiel defensor da moralidade, da economia, do progresso e da civilização", ou seja, revelando a execução de um "mandato imperativo", em estreita ligação com o eleitorado, conceito que os republicanos irão desenvolver mais tarde.

Presente no parlamento até 1874 através de várias eleições, articula a defesa dos princípios políticos com a dos interesses locais, as questões económicas e os grandes desígnios da liberdade: critica o diploma de cobertura (*bill de indemnidade*) à gestão ditatorial de Saldanha (1870); ataca as proibições das Conferências do Casino, em que um grupo de jovens intelectuais socialistas e republicanos escalpelizava a nação portuguesa apontando a necessidade do laicismo e da ciência, apostando Freitas na vantagem dos debates públicos (1870); defende o direito de reunião e de greve dos operários, em face da proibição da Fraternidade Operária (1872); combate a “política do reposteiro”, ou seja, a política de negociações de salão com a convivência real, bem como os expedientes habituais da dissolução da câmara electiva e das autorizações legislativas aos governos, que considerava um rebaixamento do poder legislativo, desencantando o parlamentarista puro que era Rodrigues de Freitas. Denunciava a tendência dos poderes executivo (governo) e moderador (rei) para transformarem o parlamento numa “academia do silêncio”, e apontava as limitações e vícios do sistema eleitoral, defendendo um sistema representativo que garantisse a liberdade de voto, onde o poder instituído não violasse a consciência dos



eleitores, e de cujo complexo faria parte a descentralização administrativa e o poder local, não sendo suficiente a mudança de regime, conforme exprimiu na Câmara de Deputados:

[...] enquanto não houver verdadeira vida económico-política na paróquia, no município e na província; enquanto o poder eleitoral não for independente perante todos os outros poderes o sistema representativo será as mais das vezes uma ficção, e o poder executivo não raro empregará suas forças contra o direito dos cidadãos, quer seja chefe de estado um rei, quer um presidente da república (DCD, 18.5.1874, p.799).

Em Março de 1874, desiludido com o rumo da política habitual, declarou-se adepto de profundas reformas do sistema e, na discussão que se segue em plenário, assume-se como adepto da fórmula republicana, fórmula que chegaria como produto da evolução social, como resultado do amadurecimento democrático e que não podia ser uma nova forma de governo imposta pela força (ou seja, pela revolução). Assim, foi Rodrigues de Freitas quem (acompanhado de forma discreta por Francisco António da Silva Mendes, de Tondela), levou as palavras República e republicano para as Cortes conjugadas na primeira pessoa. Posicionava-se como um republicano evolucionista, para quem a doutrinação, com o objectivo de formar uma opinião pública consciente, era o passo necessário para mais tarde se alcançar a República, mas considerando como prioritárias várias reformas, como a reforma administrativa (com a descentralização), a liberdade eleitoral, a difusão do ensino, únicas vias para alterar a "atmosfera política".

E, nesse ano de 1874, perdeu as eleições, já como republicano, acusado junto do seu meio eleitoral pelas intervenções acerca das dotações reais, de ser a favor da legitimidade das greves e da legalização da Fraternidade Operária, posições que, de resto, o distinguiam junto dos meios culturais.

Volta pois aos jornais e ao estudo. Na *Revista Ocidental*, de Oliveira Martins, vai escrever, em 1875, um dos seus melhores ensaios - "Crises Comerciais". A crise bancária de 1876 veio de novo conferir relevo às suas posições e credibilidade aos seus avisos anteriores. Publica então a *Crise Monetária e Política de 1876 - Causas e Remédios*, onde, para além de documentar a evolução da crise, procura alertar a opinião pública para os remédios aprovados propostos para a sua resolução. A seu ver, a crise era não só monetária como política, evidenciando o esgotamento dos dois sistemas: "O sistema económico procurava dar a riqueza a quem não produzia coisas úteis. O sistema político procurava achar a civilização fora do progresso moral. Ambos foram condenados pelos factos; as ruínas deles



hãode servir de memoranda lição". E, na iminência das transformações políticas indispensáveis, pedia à burguesia que

Voltou em 1878, eleito já declaradamente como deputado republicano, o que aconteceu pela primeira vez nos anais parlamentares. Mas sublinharia, desde logo (em sessão de 27.01.1880), evidenciando a sua preocupação com a salvaguarda da sobreposição de verdades e com a sua verdade:

Quero dizer que não estou aqui como intérprete do partido republicano. Neste partido tem de haver divergências, como acontece no monárquico: e de certo a estas horas as há. Não serei que me darei como representante desse partido: não tenho poderes para tanto; sou republicano e nada mais.

Mas continuou fiel aos princípios evolucionistas e aos direitos parlamentares ("o que importa, para sermos fiéis ao que jurámos, é que reformemos constitucionalmente e não por meio da revolução"). Para além das medidas económicas, as grandes questões abordadas neste segundo período (1878-1881) serão , o exército, o ultramar, a liberdade religiosa, as dotações para a família real e o ensino. Sobre o ensino produziu uma intervenção que ficou memorável, mostrando o alcance político da instrução:

Num país como o nosso é indispensável que os cidadãos compreendam bem os seus direitos e os seus deveres; é necessário que uma opinião pública verdadeiramente esclarecida auxilie eficazmente os governos e os parlamentos.

Só voltaria ao parlamento já na fase final da sua vida, na década de 1890 e de forma episódica, pois considerava mais importante para a mobilização republicana, na fase histórica então vivida, a intervenção na imprensa e nos comícios.

E um quadro teórico e resumido das suas posições economicistas é apresentado nos *Princípios de Economia Política* (1883). Obra que abre com uma pertinente e elucidativa epígrafe de Leroy Beaulieu, onde se afirma que "pelo que respeita à teoria, chegamos a concluir que é preciso refazer ou rectificar quase todas as teorias aceites em economia política sobre a distribuição das riquezas", talvez o aspecto que mais o preocupava em termos teórico-práticos. Longe de se apresentar como um ortodoxo da economia clássica, apresenta desde logo uma disponibilidade para integrar e discutir novas formas de representação científica da realidade "orgânico-social", assente no pressuposto evolucionista de que "não se pode considerar definitivo cada estado de organização social;



as transformações resultam do movimento humano; procedem umas das outras"... Evolução que traz consigo a especialização das funções e uma recíproca dependência humana de cariz orgânico, cujos princípios são a produção, circulação, distribuição e consumo, cujas leis constituem o objecto da economia política. Para a elaboração dos seus *Princípios* uma lista de economistas mostra o âmbito da sua abrangência crítica: desde os clássicos (Smith, Malthus, Ricardo, Say), aos divulgadores e críticos dos meados do século (Bastiat, Coquelin, Stuart Mill, H. Fawcett, Chevalier, Garnier), aos protecionistas como Roscher e Carey, aos socialistas (nomeadamente Marx) e vários socialistas de cátedra, aos marginalistas então emergentes (S. Jevons e já A. Marshal), para além dos filósofos sempre presentes Darwin e Spencer, citando mesmo várias obras estrangeiras saídas no próprio ano de edição do seu compêndio (1883).

Paralelamente, à sua actividade de professor e político, RF tinha uma acção intensíssima na imprensa. Para além da colaboração regular em *O Comércio do Porto*, com 3 a 4 editoriais por semana, onde publicou mais de 4 mil títulos, a sua colaboração na imprensa dispersa-se por inúmeros títulos, com relevo para *A América*, *A Previdente*, *Revista Ocidental*, *Jornal do Comércio*, *Revista Científica*, *O Ensino*, o *Museu Ilustrado*, a *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, *Comércio e Indústria*, a *Discussão*, a *Voz Pública*, a *Folha Nova*, o *Jornal do Povo*, a *Correspondência de Portugal*, o *Jornal do Comércio* e *O Século*, a *Gazeta de Notícias* (Rio de Janeiro), a *República*, variedade de títulos que nos elucidam sobre a sua rede de influência e sobre o reconhecimento do seu mérito intelectual.

Essa participação regular na imprensa periódica para a formação de uma opinião pública esclarecida, equacionando as formas de administrar Portugal nos mais diversos domínios: 1) prestando atenção às condições para a promoção do desenvolvimento económico; 2) às relações externas de Portugal, nomeadamente com o Brasil, antiga colónia e então destino de uma forte emigração; 3) na difusão da economia política e sua adaptação a países em atraso; 4) na promoção de coesão social, nomeadamente pelo desenvolvimento do cooperativismo.

Alguns tópicos Abordados por Rodrigues de Freitas

A questão social - Rodrigues de Freitas revela as suas preocupações com os desfavorecidos do seu tempo, comenta situações, sugere medidas, estabelece comparações com o que se passa no estrangeiro: a miséria e a mendicidade constituíram tema para um dos seus



primeiros artigos publicados no *Pedro*. As suas preocupações, desenvolvidas num quadro de higienismo típico da época, vão desde a relação entre a habitação deficiente e a mortalidade, não esquecendo as diversas tentativas para construção de habitação social, até às soluções de beneficência institucional. Neste campo, mostra a sua simpatia pelas soluções da sociedade civil, nomeadamente pelas associações, incluindo nestas as creches de S. Vicente de Paulo no apoio às famílias operárias, abordando ainda as instituições penitenciárias e a discussão do seu papel supostamente regenerador.

Instrução -Há em Rodrigues de Freitas a consciência e a denúncia de um estado de atraso de Portugal em relação a outros países. Essa consciência é particularmente acesa no campo da instrução pública, cujo estado considera "uma das maiores provas de que somos uma das nações que marcham mais vagarosamente". Mas não é uma denúncia meramente de combate político ou apenas ideológica. Evidencia uma grande preocupação pelo problema, não se fixando na crítica e fazendo, sobretudo, múltiplas sugestões no sentido de tornar operativas as medidas legislativas que, consagrando desde os primeiros tempos liberais a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, se ficavam por resultados que apontavam para taxas de analfabetismo das maiores da Europa, para a falta de cobertura do parque escolar em numerosas localidades e por rotinas enraizadas de fuga à escolaridade. Sendo um liberal clássico, logo defensor de um Estado mínimo, Rodrigues de Freitas encontra, naturalmente aqui espaço para a acção do Executivo, sendo interessantes as suas considerações neste domínio contraditório da obrigatoriedade do ensino e dos seus custos: "Queremos a instrução primária gratuita e obrigatória; mas obrigatória para quem puder aprender, e gratuita para quem não puder pagar; fora disto nem se compreende a obrigação, nem a gratuidade é fácil de realizar". E depois de dissertar sobre o princípio de mutualidade que impregna o Estado, conclui que "em poucas condições se é tão digno de auxílio, como naquela em que se encontra uma família quando não pode dar aos filhos alimento espiritual; então a gratuidade do ensino é ao mesmo tempo uma obra de filantropia e uma conveniência pública" (C. P., 30.08.1879).

A preocupação da eficácia social do ensino acompanha-o em todos os artigos apresentados, não deixando de ser, nesta perspectiva, um defensor do alargamento das ciências puras e aplicadas e do estudo das línguas modernas em detrimento do grego e latim no ensino secundário, que não aceita identificar com instrução profissional. Esta, nas vertentes da instrução industrial e comercial, atenta a sua especificidade, deveria tornar-se num pilar fundamental da sociedade, como única via para progredirmos em termos económicos, tal como o tentara Passos Manuel em 1836. Mas a sua preocupação pelo ensino começa pela



base, pelo chamado jardim de infância, podendo considerar-se um verdadeiro *froebelista*, ou seja, um adepto das teorias de Froebel, o criador dos *Kindergarten*, que, procurando respeitar o desenvolvimento natural das crianças, desenvolvia a pedagogia infantil em torno dos brinquedos.

A agricultura - Preocupa-se com o crédito agrícola, as formas associativas e as práticas de crédito particular observadas nos campos de Portugal e a sua articulação com o estágio de desenvolvimento agrícola, a revelar grande falta de capital financeiro e agrícola, ou, como diz Rodrigues de Freitas, "deficiência de capital ou de instrução". Tomando como exemplo a Escócia, que, sob os influxos do capital inglês, transformou radicalmente a sua agricultura em poucos anos, o autor faz a apologia da criação dos bancos rurais e dos créditos a longo prazo com amortizações, que deveria ser acompanhada com a difusão da instrução, de forma a que a empresa agrícola adoptasse princípios de contabilidade e clarificasse conceitos de racionalidade económica, adquirindo nomeadamente o princípio fundamental de investimento com vista à produtividade. A generalização do crédito, até para evitar a especulação dos argentários locais que conduzia a juros elevados, parecia-lhe positiva, nomeadamente pelo *deficit* de associativismo:

Infelizmente em Portugal há poucos bancos; as caixas económicas são quase desconhecidas, até dos que mais lucrariam com elas; sociedades muito úteis às classes menos abastadas, como são as cooperativas, não as temos ainda; e as próprias associações de socorros mútuos, sendo numerosas, não estão fundadas nas melhores bases.

Indústria - Desde jovem que Rodrigues de Freitas escrevia sobre a indústria, tendo inclusivamente colaborado no *Jornal da Associação Industrial Portuense* com artigos sobre o proteccionismo e a liberdade de comércio, uma tema em que haveria de ser alvo dos proteccionistas locais, com relevo para o célebre panfletário Pereira de Magalhães, que o apodava de "liberalista" pelo seu apregoado livre-cambismo. São estas posições de livre-cambista moderado que ele continua a defender no primeiro artigo apresentado nesta rubrica, extraído de uma série sobre a Exposição Internacional de 1865, mostrando a desigualdade de tratamento inerente a toda a protecção, aceitando-o mas defendendo a reforma pautal: "o que mais urge é mudar o carácter da produção; as pautas formam o sistema atrasado; seja o ensino industrial o seu natural sucessor" (C.P., 26.9.1865). São basicamente estes os princípios que Rodrigues de Freitas desenvolve ainda nos artigos seguintes, defendendo a instrução industrial, a realização de um inquérito industrial que



permitisse ao governo decidir em função da realidade e não dos grupos de pressão.

A questão do Douro - Como não podia deixar de ser, para um economista do Porto a questão do Douro e do vinho do Porto era necessariamente uma matéria recorrente. Em 1863, portanto, aos 23 anos de idade, já Rodrigues de Freitas tinha uma ideia própria sobre esta questão, historicamente fundada, como se pode ver pelo primeiro conjunto de artigos aqui coligidos e publicados n' *O Comércio do Porto*. Baseado na nova "ciência económica", a sua leitura da questão vinhateira condena a existência da Companhia pombalina que passou a tutelar toda a agricultura e comércio de vinhos, pois a "protecção à agricultura havia forçosamente de converter-se em flagelo", uma vez que só a liberdade "concilia e respeita os direitos de todos". Vê a Companhia como uma série de prepotências a favor de interesses privados, lendo nos seus sucessivos alvarás de proibições a incapacidade da Companhia em resolver os problemas para que fora criada, enrolando-se antes em sucessivas contradições que explicitavam a sua actuação casuística e exibindo numerosos desleixos. E procura mostrar como o sistema da liberdade comercial, tanto antes como depois da Companhia, foi favorável ao crescimento da exportação dos vinhos portugueses, apesar de muitos vezes se conjugar com conjunturas de crise.

Em 1884, aborda um outro problema, pleno de interrogações, da região vinhateira: a devastação produzida pela filoxera, a situação social criada e as propostas de solução com vista a uma diversificação de culturas, em especial a da introdução do plantio do tabaco, sobre a qual Rodrigues de Freitas mostra o seu cepticismo.

Sublinhe-se que as questões ligadas à comercialização do vinho eram, no entanto, aquelas que lhe mereciam mais preocupação, não podendo olvidar-se para uma correcta perspectiva a sua colectânea já atrás referida e intitulada *A Questão dos Vinhos* (1889).

Bancos e moedas - Eis uma área onde são tantos os escritos de Rodrigues de Freitas nesta matéria, desde os artigos teóricos sobre a natureza e as funções da moeda, sobre as funções bancárias e o seu papel na dinâmica económica ou até as análises das realizações anuais das companhias. Começamos por apresentar um artigo datado de 1865 e publicado n' *A Providente*, que nos parece interessante por retratar uma discussão que por essa altura se travava nos meios económicos e nos jornais, que era a dos contratos de exclusivos vs. liberdade bancária, problema que o autor coloca no plano dos princípios, ou seja, a obrigação de garantir liberdade de acção económica e o fim de exclusivos e privilégios, contrato fundamental que, segundo Rodrigues de Freitas, a Carta Constitucional previa com o povo português. A defesa destes princípios prolongam-se no artigo seguinte, sobre os



bancos no ano de 1864, que ajuda a esclarecer alguns aspectos da nossa história bancária oitocentista e a diversidade regional de sistemas então verificada. Sublinhe-se que as posições de Rodrigues de Freitas sobre a questão bancária vão ser determinantes frequentes vezes, bastando lembrar as assumidas em 1876 (ver bibliografia do autor por esta altura), que o levaram à presidência da comissão encarregada de então resolver a crise existente. Os artigos seguintes, datados dos finais da década de 80, revelam a sua persistência em mostrar opinião fundada sobre a circulação fiduciária e a emissão monetária, sendo favorável à capacidade emissora dos bancos do Porto.

Crises -Se o artigo "Crises Comerciais" publicado em 1875 na *Revista Ocidental* e depois republicado nas *Páginas Avulsas* é considerado normalmente como o produto sistematizado das ideias de Rodrigues de Freitas nesta matéria, deve notar-se que este tema lhe mereceu múltiplos escritos anteriores e posteriores. Facto que não admira, dado ser a "crise" financeira um fenómeno novo, com características de sobreprodução, diversa portanto da crise económica tradicional ou de "antigo regime", com a qual os teóricos liberais não sabiam ainda lidar, até porque no liberalismo optimista das "harmonias económicas" da primeira metade do século XIX não estava prevista, dada a célebre "lei dos mercados".

Essa leitura optimista em relação à "crise", mostra-a Rodrigues de Freitas por 1864, no primeiro artigo transcrito na presente colectânea, encarando-as como as sombras inerentes à luz, as "páginas dolorosas a par das folhas de glória", o "martirologio nos anais da grandeza mercantil", explicando-as, à luz da teoria económica liberal, como o ajustamento entre a produção e o consumo em face dos erros de cálculo individual, este agora ampliado nos tempos modernos pela nova força produtiva que a expansão do crédito constituía. Neste aspecto, as crises que "tão grandes horrores causam" são o "maior panegírico do crédito", ressaltando que não é crédito que gera a crise, mas o mau uso que se faz dele. Com a agravante de a nova crise de uma praça se reflectir nas outras, dadas as intimas relações agora criadas, o "sistema solidário" que redistribui males e bens.

Nos artigos posteriores, já Rodrigues de Freitas reconhece maiores dificuldades em debelar as crises, amplia-lhes as consequências e chama a necessidade de prestar mais atenção aos antecedentes, quando era habitual só se pensar nas consequências respectivas. Chama a atenção para o entusiasmo das associações empresariais fundadas na expectativa de grandes dividendos, tantas vezes conseguido à custa dos "arbítrios de escrituração", quando só "o dividendo pequeno, mas que é acompanhado de fortes reservas e de modesta apreciação dos valores que constituem o activo, dá esperança de que o estabelecimento progrida". E,



sobretudo, fala das razões internas da crise, em 1891, sublinhando o desregramento orçamental e novas medidas que surgiam como novidade (o curso legal das notas do Banco de Portugal, em 1887, sem obrigação de convertibilidade, logo a provocar *ágio*), numa administração sempre expectante nas remessas do Brasil e na exportação do vinho, ou seja, dependente dos mercados externos. Ou seja, perante a intensidade da crise de 1891, procura "nacionalizar" as suas causas, politizando-a naturalmente. Perante a onda de patriotismo gerado pelo episódio do "ultimatum", defende a urgência de organizar socorros em favor dos desempregados, em vez de se utilizarem os valores da grande subscrição para a defesa nacional.

Poupança e seguros - Uma das primeiras actividades de Rodrigues de Freitas foi a sua colaboração com *A Previdente*, uma companhia de seguros de vida recém-constituída que editava uma revista temática com o mesmo nome para difundir aquele serviço. Podemos afirmar que os volumes da revista são a cerca de 90% da sua autoria, aí surgindo os textos mais variados neste domínio. Profundamente convencido de que o trabalho e a poupança eram duas grandes vertentes para o aperfeiçoamento da sociedade humana, Rodrigues de Freitas escreveu numerosos textos onde, por obrigação profissional e, ao que parece por convicção, via no seguro de vida, estruturado em torno da poupança regular de módicas quantias, a grande arma contra o desemprego e a miséria, em suma, contra a crise e as vagas de pauperismo.

Defendia, assim, a criação de um fundo de reserva social, à semelhança da reserva de capital das empresas. As caixas económicas, alimentadas pelas pequenas poupanças do operário, criariam essa reserva necessária em tempos de crise. A sua obsessão como desenvolvimento das caixas económicas era tal que escrevia regularmente sobre elas, não se esquecendo da defesa da aprendizagem ao nível escolar da prática de aforro, defendendo, neste caso, a generalização das caixas escolares como forma de exercitar junto das crianças a poupança. Aliás, estendia aos párocos a função de difundirem as doutrinas sociais que facilitam o engrandecimento dos países e a sorte dos indivíduos, sugerindo-lhes que compreendam a lei do progresso. Às instituições de caridade de antigamente (o convento, o hospício, o mosteiro, o hospital, a confraria, a irmandade, o monte de piedade) que aliviavam a miséria com base na caridade, sucediam-se agora as novas instituições que por fim aproveitar as forças do homem e delas tirar proveito - as caixas económicas, os bancos populares, os seguros mútuos sobre a vida, as associações de socorros, as escolas, enquanto "maravilhas que na ordem moral tem por destino operar pacíficas revoluções, não menores



do que o vapor na ordem material".

Questões Fiscais - Preocupado com os problemas administrativos, Rodrigues de Freitas não podia deixar de escrever regularmente sobre a fiscalidade, a sua distribuição, arrecadação e redistribuição, o seu peso no orçamento e o crónico *deficit*. Reflecte sobre o ideal da justa repartição subjacente às ideias liberais e a incapacidade de o Estado promover essa justiça, face aos localismos e pessoalismos, enfim, devido à falta de educação liberal, em grande parte devido a uma Carta Constitucional imposta, em detrimento de uma Constituição conquistada ao fim de amplos debates que promovessem a interiorização dos grandes princípios. E revela a falta de uma máquina fiscal, denunciando a arbitrariedade das comissões locais de lançamentos de impostos, a originarem grandes disparidades:

A par das graves lacunas das matrizes notam-se monstruosidades. O proprietário ausente, ou de fraca influência política, é sobrecarregado enquanto outros são aliviadíssimos. As mesquinhas paixões fazem que poucos paguem o que devem pagar; assim a justiça é uma excepção causada pela iniquidade.

Questões coloniais - Nas últimas décadas do século XIX, a questão colonial ganhou toda a acuidade, surgindo correntes entusiastas da exploração dos domínios ultramarinos, até como forma de criar "novos brasis" em África. Esse entusiasmo sobe de tom à medida que surgem episódios no desenvolvimento das negociações ingleses ou conflitos com nações interessadas em maior protagonismo colonial, nomeadamente na década de 80 que hão-de conduzir à Conferência de Berlim. Rodrigues de Freitas prestou toda a sua atenção às movimentações, às políticas e aos discursos coloniais e sempre se revelou um céptico neste domínio, que ele classificava de "miragens ultramarinas". Criticava asperamente os abusos que se iam publicamente conhecendo sobre a administração ultramarina, desde as violências sobre a utilização de mão-de-obra local, até aos aspectos financeiros e económicos dessa mesma administração. A incapacidade das administrações ultramarinas em se autofinanciarem a si e aos projectos que implementavam, com déficits permanentes e o recurso ao orçamento metropolitano, merecia-lhe as maiores reservas. "As esperanças consistem em que das colónias virá a grandeza de Portugal; os factos são que as colónias influem desfavoravelmente nos negócios da metrópole", dizia em 1879. Para isto muito contribuía a má administração, o voluntarismo do patriotismo exaltado, o desconhecimento das realidades coloniais, as próprias insuficiências de capital financeiro e humano da metrópole. Que fazer? Discutir com seriedade e frieza a questão colonial, estruturar uma boa administração, definir exactamente os custos das operações a efectuar e a sua dimensão



de acordo com as possibilidades nacionais, seleccionar pólos de colonização de forma a que se possam constituir em fortes centros comerciais, agrícolas ou fabris e chamar os indígenas ao trabalho, devendo a emigração para África ser gradual e selectiva. Ou seja, neste aspecto Rodrigues de Freitas oscila entre a dúvida sobre a capacidade portuguesa para colonizar e o sonho de fazera colonização, embora as suas ideias sobre a liberdade de comércio e a mundialização da economia lhe não permitissem ver a questão colonial sob um prisma exclusivamente nacionalista.

Relações com o Brasil - Para Rodrigues de Freitas, o Brasil não era apenas o destino da nossa emigração e o conseqüente lugar de origem das vultosas remessas do Brasil, que ocupavam um lugar fundamental na balança de pagamentos portuguesa, como mostrou noutros lugares (cf. a brochura *O Câmbio do Brasil*). Era um dos nossos maiores mercados e um dos que revelava maiores potencialidades. Daí que as suas preocupações passassem desde logo pela actividade consular, de que denunciava os abusos e a que exigia eficácia até como forma de legitimar os nossos protestos contra os abusos brasileiros sobre os súbditos portugueses (quem não trata bem os seus nacionais no Brasil, como poderia exigir que o Brasil o fizesse?). Mas também pelas questões estritamente comerciais, como seja, a necessidade de fazer respeitar as marcas e evitar as fraudes e os legítimos interesses portugueses nessa matéria (especialmente no vinho), ou os incentivos para uma maior agressividade comercial portuguesa naquele mercado, que poderia passar por mais divulgação, nomeadamente através de exposições. Naturalmente que a implantação da República no Brasil em 1889 suscitou simpatia a Rodrigues de Freitas, que, para além disto, via na necessidade prática dos interesses comerciais e dos portugueses lá emigrados, razões imediatas para o reconhecimento oficial da nova situação. E, ao analisar a evolução da população do Rio de Janeiro, em 1895, e a posição da componente portuguesa ali residente, não deixará de afirmar de forma inequívoca o que pensava sobre a emancipação da antiga colónia: "a independência do Brasil, sendo vantajosa para ele, foi para nós muito mais útil do que o seria que tão vastos territórios continuassem pertencendo a Portugal".

Poderíamos ainda equacionar outras temáticas, incluindo os seus textos sobre a mulher, sobre o movimento operário ou sobre outros aspectos da história de Portugal ou sobre a política internacional, nomeadamente as relações com Espanha e Inglaterra, comentando os casos do seu tempo.



Considerações Finais

Articulando vida pública e jornalismo, produzindo opinião alternativa, Rodrigues de Freitas, de uma forma sistemática e perseverante trouxe os princípios da modernidade para a imprensa portuguesa, numa acção de militante pela criação de uma opinião pública forte e esclarecida, como base para sustentar uma república democrática e desenvolvida, que só a difusão da instrução poderia criar. A sua novidade é a de ser um construtor de opinião, que assume o direito de criticar o estado e a sociedade, não já como opinião ilustrada mas claramente científica, usando para tal a economia política, dando, pelo seu lado, novos contributos para ampliar a esfera pública, não só pela forte penetração do jornal *O Comércio do Porto* junto do público, como pela sua larga participação noutras publicações com públicos diferentes.

Um outro escritor, Sampaio Bruno, estabeleceu sobre a obra de Rodrigues de Freitas um paralelo com a de Émile de Girardin¹⁴⁵, o célebre fundador de *La Presse*, em 1836, com os seus famosos volumes de recolhas de artigos a que deu o título genérico *Questions de mon temps*, sugerem-nos uma comparação nesses tempos de reconfiguração da imprensa diária:

Na aniquilante dispersão do jornalismo, se Rodrigues de Freitas houvesse feito como Émile de Girardin e, com um título análogo ao das famosas Questions de mon temps, tivesse reunido em volume os seus artigos espalhados pela imprensa periódica, ele possuiria à hora da morte uma obra literária cuja cópia e variedade ressaltariam flagrantes e evidentes¹⁴⁶.

Bibliografia

1. Bibliografia de Rodrigues de Freitas, em livro:

Breves reflexões sobre a questão bancária, Porto, 1864.

Discurso pronunciado na Academia Politécnica do Porto, Porto, 1867.

Notice sur le Portugal, Paris, 1867.

¹⁴⁵ Sobre E. Girardin, cf. Ferenczi, Thomas, *L'Invention du Journalisme en France - Naissance de la presse moderne à la fin du XIX ème Siècle*, Paris, Plon, 1993.

¹⁴⁶ Bruno, Sampaio, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1905.



Os Trabalhos Parlamentares do Excmº Snr. José Joaquim Rodrigues de Freitas Junior, deputado pelo círculo de Valença na Camara dissolvida em Junho de 1871, Porto, 1871.

A revolução social. Análise das doutrinas da Associação Internacional dos Trabalhadores, Porto, 1872.

A crise monetária e política de 1876, causas e remédios, Porto, 1876.

A circulação fiduciária e a proposta de lei acerca do Banco de Portugal, Porto, 1876.

O câmbio do Brasil e a economia nacional, Porto, 1876.

Discurso parlamentar sobre a instrução pública, proferido na Câmara dos Deputados nas sessões de 7 e 9 de Maio de 1879, Porto, 1879.

O Portugal contemporâneo do Snr. Oliveira Martins, Porto, 1881.

Frederico Froebel, Porto, 1882.

Princípios de economia política, Porto, 1882.

Elementos de escrituração mercantil, Porto, 1882.

A questão dos vinhos, Porto, 1889.

2. Antologias:

Páginas Avulsas, Porto, 1906 (org. Carolina M. Vasconcelos e Duarte Leite)

Obras Económicas Escolhidas, Lisboa, 1996 (org. António Almodovar)

Novas Páginas Avulsas, Porto, 1996 (org. Jorge Fernandes Alves)

Intervenções Parlamentares, Porto, 1996 (org. Jorge Fernandes Alves)

